

AGROECOLOGIA, SOBERANIA ALIMENTAR, LUTAS SOCIAIS E A FORMAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL E NA ESPANHA.

Mônica Aparecida Grossi¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a necessária afirmação da agroecologia e da soberania alimentar, como elementos centrais às lutas sociais no campo e na cidade, na construção de alternativas ao sistema agroalimentar capitalista, e suas contribuições à formação política de quadros, através de experiências no Brasil e Espanha. Foi realizado através de pesquisa teórica, tendo como referência a perspectiva teórico-metodológica marxiana. Concluímos que os vínculos entre a agroecologia e a soberania alimentar fortalecem e aproximam lutas e resistências, no campo e na cidade, e podem possibilitar a construção de uma contra hegemonia ao domínio global do capital sobre o sistema agroalimentar. E que as experiências de formação política de quadros têm se configurado como forma de preparo para enfrentamentos e disputas, em torno do atual modelo capitalista de agricultura e em relação aos bens ambientais.

Palavras-chave: Agroecologia; Soberania Alimentar; Lutas Sociais; Formação política.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the necessary affirmation of agroecology and food sovereignty as central elements in social struggles in rural and urban areas, in the construction of alternatives to the capitalist agri-food system, and their contributions to the political formation of individuals through experiences in Brazil and Spain. It was carried out through theoretical research, with the Marxist theoretical-methodological perspective as a reference. We conclude that the connections between agroecology and food sovereignty strengthen and bring together struggles and resistances, both in rural and urban areas, and can enable the construction of a counter-hegemony to the global dominance of capital over the agri-food system. Moreover, experiences in the political formation of individuals have been configured as a way of preparing for confrontations and disputes, concerning the current capitalist model of agriculture and environmental goods.

Keywords: Agroecology; Food Sovereignty; Social Struggles; Political Formation.

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutora; monicaaparecida.grossi@ufjf.br

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte dos estudos de pós-doutorado que realizamos no Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos – ISEC, da Universidade de Córdoba, na Espanha, que tem se destacado como um importante centro de pesquisa e de formação de quadros de pesquisadores e de militantes dos movimentos sociais, com fortes relações com os movimentos sociais da América Latina, com a Via Campesina, e no Brasil, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Tem exercido grande influência no debate e na construção concreta da agroecologia, como ciência e prática de transformação, e nos últimos anos, do conceito e princípio político da soberania alimentar, como elementos fortalecedores das lutas sociais no campo e na cidade.

Neste momento de crise estrutural do capital e de seu atual processo de acumulação, os bens da natureza, com destaque para as terras, águas e sementes, e também os camponeses, vêm sofrendo grandes ofensivas, demonstrando que estamos vivendo um processo mais amplo de crise civilizatória, que se expressa na negação/retirada dos direitos à alimentação, ao trabalho, à terra e à vida. Na atual fase do capitalismo financeiro internacional, sob a hegemonia do agronegócio, vêm sendo desenvolvidos mecanismos de controle da agricultura e do comércio de alimentos, agravando a concentração da propriedade das terras, dos meios de produção e de toda cadeia agroalimentar, trazendo como consequências o aumento da fome e da insegurança alimentar, e de ameaças à existência dos camponeses e povos da terra, das águas e das florestas.

A atual crise alimentar, a fome e a insegurança alimentar se relacionam com questões estruturais, que se expressam, dentre outras coisas, nas condições ambientais cada vez mais adversas em que se desenvolve o atual regime alimentar hegemônico pelas corporações transnacionais do agronegócio.

A construção de condições para mudanças concretas no sistema agroalimentar direcionadas para a sustentabilidade torna-se um desafio e uma necessidade urgente diante do severo agravamento da fome, que no mundo, segundo os dados da FAO, alcançou em 2021, 2,3 bilhões de pessoas, o que significa quase 30% da população mundial.

Nos países do capitalismo periférico e dependente, como o Brasil, que sofrem de maneira mais aguda as consequências ambientais e sociais deste modelo de

desenvolvimento capitalista, o aumento alarmante da fome, nos dados divulgados no ano de 2022, atinge 33,1 milhões de pessoas, sendo que 125,2 milhões encontram-se em situação de insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2022).

Organizações do campo e da cidade vêm buscando construir alternativas, através de ações coletivas em torno da agroecologia e da soberania alimentar, onde a formação política de quadros vinculados à Via Campesina tem se destacado.

O objetivo deste artigo é refletir sobre a necessária afirmação da agroecologia e da soberania alimentar, como elementos centrais às lutas sociais no campo e na cidade na construção de alternativas ao sistema agroalimentar capitalista, e suas contribuições à formação política de quadros, através de experiências no Brasil e Espanha. No Brasil, será abordada a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST, a partir da sua Política de Formação de Quadros, da Educação do Campo e da Reforma Agrária Popular. Na Espanha será destacada a Escola de Ação Camponesa –EAC, por ser uma experiência pioneira que {...}“nos países do Norte Global são pouco comuns e há escassa análise a este respeito” (GALLAR HERNANDEZ, 2021, p.1).

Este artigo é parte dos resultados de pesquisa teórica, tendo como referência a perspectiva teórico-metodológica marxiana, a partir da compreensão da ineliminável relação entre totalidade e particularidade.

2 AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR: elementos centrais para as lutas sociais no campo e na cidade.

Compreendemos a agroecologia numa perspectiva que ultrapassa o desenvolvimento de uma agricultura ecológica, que produza alimentos saudáveis, pois se relacionam a processos organizativos, produtivos, epistemológicos e políticos, que são essenciais às lutas de sujeitos coletivos do campo e da cidade. Sua compreensão restrita, pode e vem sendo capturada pelo capitalismo como um nicho de mercado.

As elaborações de Sevilla Guzmán e Cuéllar Padilla (2012) afirmam que a construção da agroecologia compreende três dimensões que são complementares: a dimensão técnico-produtiva (manejo ecológico na produção agrária); a dimensão sócio-econômica (elementos sociais e econômicos do processo de produção, circulação e consumo, formas organizativas) e a dimensão política (relações de

poder, níveis de autonomia alcançados nos territórios, suas culturas, envolvendo produção, circulação e consumo).

Na dimensão técnico-produtiva, a defesa do uso sementes varietais próprias de cada lugar, a construção de bancos e redes de sementes para sua utilização, adaptação e livre intercâmbio, estão na base dos processos de produção da agricultura camponesa para sustentar a base inicial dos processos de transição agroecológica.

A dimensão socioeconômica da agroecologia contempla além do manejo adequado, o desenvolvimento de “ações coletivas por meio de sistemas agroalimentares locais” (SEVILLA GUZMÁN, 2010, p.11), que fortalecem os espaços de circulação (espaço entre a produção e o consumo), que possibilitem o desenvolvimento organizativo de uma agricultura participativa.

A dimensão política da agroecologia para Sevilla Guzmán (2005), questiona a destruição das culturas camponesas operada pela revolução verde, e remete à compreensão dos camponeses sobre os processos de exploração aos quais estão submetidos, para que eles possam desenvolver, junto com técnicos, processos de transição da agricultura convencional para a agroecologia. Estes processos envolvem,

[...] propostas coletivas que transformem as relações de dependência dos agricultores em relação ao funcionamento atual da política e da economia. Ela se propõe, para além do nível da produção, introduzir-se nos processos de circulação, transformando os mecanismos de exploração social. Requer a utilização de experiências produtivas em agricultura ecológica na elaboração de propostas para ações sociais coletivas que demonstrem a lógica predatória do modelo produtivo agroindustrial hegemônico, permitindo sua substituição por outro que aponte para uma agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada”. (Sevilla Guzmán, 2005, p.3).

A transição agroecológica se relaciona com a produção, circulação e consumo dos alimentos, se direcionando para a busca da segurança e soberania alimentar. Assim, os sujeitos coletivos que vão operar esta transição têm importância fundamental. Mas esta transição tem perspectivas mais amplas, e Sevilla Guzmán (2011) é assertivo de que estes processos de transição devem considerar as dimensões ecológico-produtiva; socioeconômica e cultural e a dimensão política de transformação social, potencializando a promoção de mudanças mais significativas no campo e na sociedade, que ultrapassem o agroecossistema e a construção de

um novo sistema agrário, para fundamentar possibilidades de transformação do modo de produção.

O conceito de Soberania Alimentar criado pela Via Campesina, em 1996, e sua evolução, é definido como o direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir alimentos saudáveis, com produção sustentável em nível local, respeitando a diversidade cultural e produtiva, e como o direito de definir sua política agrícola e de alimentos. Dentre seus pilares destacamos inicialmente que, a centralidade da alimentação como um direito humano coletivo, e não como uma mercadoria, deve estar no centro das políticas públicas, afirmando a importância de quem produz e de quem consome os alimentos. Outro pilar é o controle dos sistemas alimentares em nível local e nacional, priorizando a produção da agricultura familiar em pequena escala, diversificada, reduzindo a distância entre quem produz e quem consome. E ainda: a valorização e promoção dos conhecimentos camponeses e indígenas, através de processos de investigação participativa e do diálogo entre os saberes tradicionais e científicos; valorização, recuperação e potencialização da natureza, e das energias renováveis, para as atuais e futuras gerações (DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI, 2007).

A discussão sobre a soberania alimentar é ampla, assim como são as lutas e os desafios, dentre os quais se destacam: o acesso das e dos agricultores aos recursos naturais para a produção local de alimentos(terra, água e sementes); a livre decisão das e dos produtores sobre o que e como cultivar; o comércio justo de alimentos, que favoreça a melhoria das condições de trabalho e renda de quem produz e o acesso à alimentação saudável para consumidores do campo e da cidade.

A partir do protagonismo da Via Campesina, outros importantes espaços coletivos de construção e fortalecimento da Soberania Alimentar se destacam, além dos Fóruns Mundiais sobre Soberania Alimentar - FMSA, o Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar - CIP-SA e o Fórum sobre Soberania Alimentar de Organizações Não Governamentais e Organizações da Sociedade Civil, dentre outros.

Para Stédile e Carvalho (2010) este conceito político torna-se referência para movimentos sociais e várias organizações da sociedade civil, que encontram convergências entre as lutas pela reforma agrária, em defesa dos territórios e dos direitos dos camponeses, povos indígenas, comunidades tradicionais, agregando

também organizações de produtores e consumidores que lutam por uma alimentação saudável, tanto no campo como na cidade.

A constituição de um Movimento pela Soberania Alimentar tem articulado, na construção do conceito e de sua prática, movimentos e organizações camponesas, de trabalhadores rurais, extrativistas, pescadores artesanais, pastores, ONG, grupos acadêmicos, organizações ecologistas, feministas, de consumo responsável, etc. Neste sentido, a soberania alimentar mais que um conceito, torna-se um princípio de luta, que pode possibilitar e fortalecer a relação entre campo e cidade, através de lutas conjuntas em torno do desenvolvimento da agricultura tanto no campo como no espaço urbano, potencializando a criação de novos agricultores, as cooperativas de consumidores e produtores urbanos, etc.

Gallar Hernandez e Calle Collado (2017, p. 3) trazem questões importantes relacionadas à necessária repolitização da agroecologia, no sentido de ressituar a agroecologia como ponto de saída para a transição agroecológica em direção à soberania alimentar. A agroecologia política é compreendida como a análise e a atuação sobre as condições sociais, as redes e os conflitos que resultam do apoio para uma mudança agroecológica em direção à democratização alimentar. Destacam a Via Campesina como o principal sujeito político camponês, com capacidade de gerar, em nível internacional, uma resistência intelectual e prática através do conceito de Soberania Alimentar. Mas também chamam atenção para o que denominam como movimento campesinista, que são aqueles movimentos que mesmo não sendo do campo, compartilham e fortalecem a proposta de soberania alimentar da Via Campesina.

Para Calle Collado, Gallar Hernandez e Candón (2013, p. 252), agroecologia política pode ser a base para um modelo de transição, que reflète práticas e análises, que os movimentos camponeses e redes alimentares do Norte e do Sul estão propondo, no local e no global. Ela incide sobre os processos de cooperação social que constroem estilos alimentares (pautas e redes de produção, distribuição e consumo) equitativos e sustentáveis em direção à democratização alimentar. São tradições dissidentes que afirmam uma agroecologia emergente que impulsiona, desde baixo, formas de cooperação social e enriquecimento da biodiversidade como estratégia de resiliência socioambiental, onde se destacam: as economias camponesas; os movimentos indígenas; os cultivos sociais; o ecologismo político dos novos movimentos globais e o sindicalismo rural. São lutas sociais ancoradas no

setor agroalimentar que se constituem como referências práticas. E para estes autores, estas tradições dissidentes junto com as inovações emergentes em agroecologia indicarão o caminho(epistemológico e prático) para uma proposta global de transição(social) agroecológica.

As resistências e alternativas a esse sistema alimentar capitalista e ao modelo industrial de manejo dos recursos naturais, se assentam em experiências de diversos sujeitos coletivos, tendo a agroecologia e a soberania alimentar como base para as estratégias produtivas e como elementos decisivos para a luta política.

Por un lado la agroecología, como enfoque científico e como filosofía de acción, que tiene su razón de ser en el manejo participativo y sustentable de los recursos naturales. Por otro lado, la Soberanía Alimentaria como concepto de transformación social y de lucha política, que tiene como razón de ser la redistribución del poder en la toma de decisiones en torno de la alimentación (SEVILLA GUZMÁN; CUÉLAR PADILLA, 2012, p.16-17).

Sevilla Guzmán e Cuélar Padilla (2012, p. 25) nos esclarecem que tanto a soberania alimentar (como conceito teórico-político) quanto a agroecologia (como um paradigma científico transformador) reconhecem que o atual sistema agroalimentar é o responsável pela fome, pela pobreza, e por grande parte da crise ecológica. Ambas se constituem em respostas e formas de dar visibilidade a alternativas mais democráticas e horizontais que se destinem à satisfação de necessidades básicas. Por isso, a partir de sua dimensão política e cultural, tanto a agroecologia quanto a soberania alimentar, também estão implicadas na necessidade de análise crítica do sistema alimentar para fundamentar possibilidades de mudanças nas estruturas de poder,constituindo-se num elemento chave para a luta de sujeitos coletivos, que contribuam para a construção de uma resistência ampla e contra hegemônica ao atual sistema agroalimentar e ao modo de uso dos bens ambientais.

Gallar Hernandez e Calle Collado (2017) afirmam a indispensável participação de sujeitos políticos coletivos, que ocupem a arena social e política em disputa, com abordagens contra hegemônicas, que tenham base social, cooperação estável, espaços de reflexão próprios, intelectuais orgânicos, capacidade de articulação e horizonte social e político, para fortalecer os necessários enfrentamentos e a construção de alternativas. Neste sentido, a formação política desempenha um papel fundamental. Dar visibilidade a estas experiências também é parte da

dimensão política da agroecologia, conforme Sevilla Guzmán (2011).

3 FORMAÇÃO DE QUADROS DE ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS DA VIA CAMPESINA NO BRASIL E NA ESPANHA.

A formação de quadros é algo presente na Via Campesina desde sua criação, em 1993. Os avanços da agroecologia nas décadas de 1980 e 1990, e a criação do conceito político de soberania alimentar em 1996, são elementos que se potencializaram mutuamente, fortalecendo também, a formação de quadros na afirmação de uma agricultura camponesa contraposta ao modelo de agricultura capitalista hegemônica.

A Via Campesina desenvolve processos de formação política e técnica de suas organizações, de seus dirigentes e de sua base. Fortalece a formação em agroecologia e soberania alimentar, como elementos que congregam força social e político-organizativa, para que suas organizações possam fundamentar suas ações direcionadas para mudanças sociais significativas na agricultura e na sociedade, relacionadas com a construção da soberania dos povos e dos territórios. Neste sentido, a formação de quadros ocupa lugar estratégico nos processos de transição para a agroecologia, através do preparo e fortalecimento dos sujeitos coletivos, que vão dar forma, conteúdo e sentido à construção da soberania alimentar.

Ao apresentar as experiências de formação política realizadas no Brasil e na Espanha, não pretendemos realizar nenhum tipo de comparação entre experiências e sujeitos coletivos tão distintos, mas demarcar algo muito caro ao Serviço Social: a importância de processos político-organizativos e formativos da classe trabalhadora que, em tempos de ofensiva “ultraneoliberal do capital”, tornam-se vitais.

3.1 A experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no Brasil: agroecologia e reforma agrária popular.

A preocupação com a formação política está presente como elemento de base para a luta, desde a criação do MST. A construção de uma política de formação de quadros no movimento ganha materialidade com a Escola Nacional Florestan Fernandes, que em sua inauguração (2005), realiza um seminário sobre esta

temática (2007), discutindo sua perspectiva junto a outras experiências internacionais.

A preocupação do MST com a efetivação da luta pela reforma agrária popular com base na agroecológica, direciona-se ao necessário preparo técnico, para as experiências produtivas, e também ao preparo político para enfrentamentos ao agronegócio, que se inscrevem na direção da construção da soberania alimentar e de novas relações sociedade/natureza (MST, 2013a). Esta perspectiva ampla, envolve diferentes processos, que representam a reapropriação social da natureza, em contraposição a sua apropriação privada.

Implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de co-produção ser humano e natureza, na diversificação produtiva, capaz de revigorar e promover a biodiversidade e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza. Os camponeses, trabalhadores/as do campo e povos tradicionais (indígenas, extrativistas, quilombolas) têm sido protagonistas de práticas de um modo de fazer agricultura que representa um contraponto à agricultura capitalista e se constituem na resistência e nas lutas de enfrentamento direto ao capital. (MST, 2013b, p. 46-47).

O dinamismo do MST e da Via Campesina, através de parcerias com as universidades públicas brasileiras, vem ampliando a formação de quadros a partir da perspectiva da agroecologia. Os espaços formativos em agroecologia estão relacionados às estratégias e aos princípios comuns defendidos pelo MST e pela Via Campesina, constituindo-se em articulações, baseadas em trocas de experiências, que resguardando as particularidades, dinâmica e autonomia de cada experiência, constroem uma perspectiva de formação mais unitária. Esta concepção abrange, o cuidado e a defesa da vida, a produção de alimentos e a ampliação da consciência política e organizacional considerada,

[...] inseparável da luta pela soberania alimentar e energética, defesa e recuperação de territórios, reformas agrária e urbana, aliança entre os povos do campo e da cidade e cooperação[...] consciente e livre, tomada como o meio fundamental para a superação da divisão social do trabalho e conseqüentemente da alienação dos sujeitos trabalhadores (GHURUR *et al.*, 2012, p. 8).

A fundamentação teórico-metodológica dos centros/escolas de formação baseia-se nos princípios filosóficos e pedagógicos da educação e da pedagogia construídos pelo MST, a partir de três principais fontes: a Pedagogia Socialista, a

Educação Popular e o Materialismo Histórico Dialético. A partir de sua luta, estes processos pedagógicos são orientados pelo projeto de Educação do Campo, que se manifesta na ação prática da relação entre ciência, cultura e trabalho como princípio educativo. Nesta perspectiva ampliada de educação e de formação humana, o método pedagógico de formação em agroecologia não se restringe à dimensão técnica, uma vez que o perfil do educando que se pretende formar é concebido

[...] como *militante-técnico-educador-em agroecologia*, que envolve: capacidade crítica de compreender e intervir ativamente na realidade concreta das comunidades camponesas, utilizando tecnologias adequadas aos seus interesses e necessidades; de contribuir para fortalecer os processos de transformação da sociedade, orientando e promovendo a reconstrução ecológica da agricultura e o desenvolvimento de formas sociais de cooperação; comprometimento e qualificação para estabelecer mudanças na relação com as famílias camponesas, superando a “insistência técnica” em direção à convivência dialógica (Ghurur, *et al.*, 2012, p.6).

Concordando com as conclusões de Ghurur, *et al.* (2012) reforçamos que a capacitação em agroecologia oferecida/construída nestes espaços formativos, efetivamente, se direcionam para a ruptura com o ensino fragmentado instituído pelo capital, enfrentado coletivamente o desafio de unir o pensar e o fazer, ou tornar a concepção/direção e execução, como unidades indivisíveis. A construção e a sustentação da agroecologia como base para a soberania alimentar, envolve a produção e a luta política, demandando o aperfeiçoamento dos conhecimentos científicos e humanos, que ultrapassam a capacitação técnica, requerendo rigor na análise e na ação sobre a natureza e a sociedade.

3.2 A experiência da Escola de Ação Camponesa – EAC, Espanha: soberania alimentar e re-campesinização de organizações agrárias.

A experiência da Escola de Ação Camponesa – EAC, constitui-se como uma ferramenta de formação política, baseada nos princípios das pedagogias camponesas da Via Campesina, colocados em prática dentro de uma organização agrária em aliança com o Movimento pela Soberania Alimentar-FSM, da Espanha. Apresentada em artigo elaborado por Gallar-Hernandez (2021), esta experiência baseia-se em 10 anos de dedicação deste autor à investigação ativista e ao efetivo trabalho (como membro do consórcio organizador, como coordenador pedagógico,

como professor), abrangendo todo o processo de concepção (2010-2013) e desenvolvimento de cinco cursos concluídos pela EAC (2014, 2015, 2016, 2017-2018, 2019-2020). Situa este estudo

nos processos materiais e ideológicos de re-campesinização das organizações agrícolas, em nível internacional, a partir da proposta de soberania alimentar construída pela Via Campesina como ferramenta para promover um modelo produtivo e agroalimentar mais sustentável. Uma das principais ferramentas nesses processo de reavivamento é o desenvolvimento do programa de capacitação de jovens agricultores para que possam liderar as novas agendas e estratégias sindicais nos diferentes territórios (GALLAR-HERNANDEZ, 2021, p. 1-2).

O surgimento da EAC foi fruto de um amplo processo de articulações, esforços de coordenação e colaboração entre diferentes atores do FSM. Concretiza-se com a formação de um consórcio constituído por diversas organizações que contribuem com recursos: COAG - Coordenador de organizações de pequenos e médios agricultores familiares, e suas juventudes agrárias, EHNE - Sindicato dos Agricultores Bascos, Mundubart e VSA-Justiça Alimentaria (ONGs de desenvolvimento), Universidade Rural Paulo Freire – URPF, Amigos de La Tierra (entidade ambientalista), CAS – Coletivos de Ação Solidária (ONG de associações de desenvolvimento rural) e o Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos – ISEC da Universidade de Córdoba. Todas compartilham do diagnóstico de que é preciso fortalecer as organizações agrárias (fundamentalmente o COAG) para continuar apoiando o FSM. Mesmo considerando a importância da transição agroecológica e da recampesinização na agricultura, a EAC é concebida como um espaço de formação política, mas sem pretensão de dar formação técnico-agronômica. Neste sentido, a EAC visa à re-campesinização ideológica do COAG, que defende um modelo social e profissional da agricultura familiar, baseada na pequena e média produção, e por ser um órgão coordenador, compõem-se por diferentes Unidades Territoriais – UTs, que são autônomas, sendo marcado pela heterogeneidade relacionada às diferentes características produtivas e econômicas dos diferentes territórios da Espanha.

Gallar-Hernandez (2021) mostra que a partir da dinâmica pedagógica, estrutura e conteúdos ideológicos desenvolvidos para a formação de novos quadros, destacam-se três áreas principais deste processo formativo: o fortalecimento da união coletiva e identidade camponesa (“construindo um “nós” Sindicalista e

Camponês” p.17); a formação na ideologia “camponesa proposta” (“a proposta ideológica da EAC é a soberania alimentar e o princípio camponês”p.21); integração dos estudantes como novos quadros nas estruturas das organizações (na perspectiva gramsciana, de formação de sujeitos políticos coletivos e intelectuais orgânicos em luta pela hegemonia). O desenvolvimento da organicidade da turma e da mística, também são elementos fortalecedores da identidade coletiva.

A partir das pedagogias camponesa e populares, a pedagogia da alternância, envolvendo os saberes trabalhados durante os “tempos de estudo”, verificados e aplicados nas realidades específicas dos estudantes durante os “tempos comunitários”, são compartilhados com a turma de estudantes e educadores, através de um contínuo processo de ação-reflexão-ação. Importante destacar que a EAC não tem um local fixo e não se limita ao estudo em sala de aula, reúne cerca de 20 estudantes em cada curso e cerca de 10 UTs, com duração média de 10 meses, e concretiza-se através de encontros itinerantes, onde se trabalha conteúdos e habilidades em diversas atividades, contemplando visitas de campo para conhecimento de diferentes realidades agrárias, e dos Planos de Ação Camponesa. Elaborados pelos estudantes, de acordo com as necessidades das UTs para o seu fortalecimento, estes Planos são supervisionados por professores e chefes das UTs, configurando a estratégia educativa através desta “tríade pedagógica”.

O trabalho por meio dos Plano de Ação Camponesa é uma forma de fortalecer a relação dos alunos com o sindicato local, {...} assumirem responsabilidades diretas perante o sindicato local, e por meio do relacionamento específico com o chefe político da UT, para atender às demandas do sindicato local e ampliar o trabalho ou vínculo entre o aluno, o sindicato e o território (GALLAR-HERNANDEZ, 2021, p. 13).

As conclusões reforçam que através da EAC, houve a incorporação de muitos destes jovens nas estruturas sindicais como novos quadros; a identidade camponesa e sindical foi reforçada e houve assimilação da proposta “camponesa” da soberania alimentar, podendo-se afirmar como “{...} um instrumento útil para a formação de quadros camponeses no processo de reavaliação das organizações agrárias, reforçando o seu caráter de sujeito político coletivo pró camponês (GALLAR-HERNANDEZ, 2021, p. 28).

4 CONCLUSÃO

Os vínculos entre a agroecologia e a soberania alimentar através das lutas e resistências, no campo e na cidade, podem possibilitar a construção de uma contra hegemonia ao domínio global do capital sobre o sistema agroalimentar. Mudar o modelo agrícola industrial, baseado nas grandes propriedades e no livre comércio voltado para a exportação torna-se vital, para alterar a pobreza, os baixos salários, a fome, a migração rural urbana e a degradação ambiental.

A soberania alimentar é indissociável da luta por democracia, e os sujeitos coletivos através de sua organização político-organizativa e de construção de lutas, vem materializando estes processos democráticos na direção política de reconstrução de sistemas alimentares desde suas bases. A agroecologia se constitui num instrumento de reforço aos movimentos sociais, e também é potencializada pelas práticas e experiências democráticas dos movimentos e organizações sociais, que lutam por soberania alimentar. Portanto, é também uma luta política por democracia na construção de outro modelo produtivo e político, que garanta a soberania alimentar. Neste sentido, as experiências de formação política de quadros vinculadas à Via Campesina, apresentadas neste artigo, têm se configurado como forma de preparo para enfrentamentos e disputas, em torno do atual modelo capitalista de agricultura e em relação aos bens ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALLE COLLADO, Ángel; GALLAR HERNANDEZ, David; CANDON, José. **Agroecología Política**: La transición social hacia sistemas agroalimentarios sustentables. Revista de Economía Crítica, nº16, segundo semestre 2013, ISSN 2013-5254

DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI. **Fórum Mundial Pela Soberania Alimentar**. Nyéléni, Selingue, Mali, 2007.

ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. **A política de formação de quadros**, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David. Forging Political Cadres for Re-Peasantization: Escuela de Acción Campesina (Spain), Sustainability, 2021, n. 13, 4061, doi.org/10.3390/su13074061

GALLAR HERNÁNDEZ, David; CALLE COLLADO, Ángel. **La construcción de sujetos políticos y la agroecología**: una lucha por la vida. Boletín ECOS-Fuhem, n. 39, 2017.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto et al. As Práticas Educativas de Formação em Agroecologia da Via Campesina no Paraná. In: **Seminário Nacional de Educação em Agroecologia**, v. 1, 2013, Recife: ABA; NAC/UFRPE.

MST. Proposta de reforma agrária popular do MST. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013a.

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Programa Agrário do MST**: VI Congresso Nacional. São Paulo, 2013=b.

SEVILLA GUZMÁN. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertário**. Plural editores, AGRUCO, La Paz, 2011.

_____. **Incorporando la soberania alimentaria al processo de construcción de la agroecologia**. SABC, octubre, n.3, Amasando la realidad, 2010.

_____. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: Via Campesina**, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; CUÉLLAR PADILLA, Mamen. **Aportando a la construcción de la Soberania Alimentaria desde la Agroecología**. Revista Ecología Política, 2012.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. **Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos**. Brasil, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2010). Fome Zero: uma história brasileira. Brasília, DF, Assessoria fome Zero, v. 3, p. 144-156.